

Articulando a qualidade da gestão da educação básica à formação inicial de educadores: pressupostos e ações

Entrevista com Prof. Dr.
**José Carlos Freitas
Batista**



Concedida a

Patrícia Aparecida Bioto-Cavalcanti
(dezembro de 2015)

José Carlos Freitas Batista possui graduação em Educação Física pela Faculdade de Educação Física de Santo André (Fefisa), especialização em Desenvolvimento e Motricidade Humana pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor e diretor do Departamento de Educação da Universidade Nove de Julho (Uninove). Experiência na área de Educação Física, com ênfase em Pedagogia do Movimento, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Física, Atividade Física, Ginástica, Saúde, Didática, Metodologia do Ensino e Educação. Avaliador do Inep (institucional e de curso).

Dialogia: Segundo a Resolução n.º 1, de 2006, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as diretrizes curriculares dos cursos de Pedagogia, a formação do pedagogo é essencialmente a formação do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estabelece esse dispositivo, no entanto, que tal formação deve estar articulada à formação para a pesquisa e para a gestão e que as instituições de

ensino superior têm alguma autonomia para pensar essa formação. Como o senhor vê a articulação dessas diretrizes num projeto pedagógico de curso, no que se refere à dimensão da gestão? Que princípios estão presentes na gestão de práticas pedagógicas dessa formação inicial que visem conferir mais sentido e significado ao currículo para os estudantes?

José Carlos: Compreender criticamente a educação implica reconhecê-la como uma prática determinada pela sociedade; implica, ainda, entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que consiga assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A formação do cidadão envolve a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada em uma concepção mais crítica das relações existentes entre educação, trabalho e sociedade. A pedagogia que se inspira nessa concepção busca garantir ao aluno o acesso ao processo de construção de conhecimento, compreendido como decorrência das trocas que o estudante estabelece na interação com o meio, cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a construção crítica e dos conteúdos significativos e atualizados. Assim, os métodos de ensino fundamentam-se nas atividades e iniciativas dos indivíduos. Os métodos utilizados propiciam o diálogo, respeitam os interesses, os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, para favorecer a autonomia e a aprendizagem, visando não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao aprender a aprender e aprender a ser e a conviver. O indivíduo tem a oportunidade de construir a sua própria formação intelectual e profissional. Do ponto de vista institucional, essa filosofia traduz-se pelo compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com a sua própria formação não só profissional, mas também como cidadão responsável.

***Dialogia:* Muitos estudos revelam que a Educação Básica tem demonstrado dificuldades em avançar no quesito qualidade, sobretudo por meio de uma gestão que alcance resultados consistentes, considerando**

melhores processos de regulação, avaliação, currículo, qualidade e práticas pedagógicas. O que deve estar presente na formação inicial de educadores, no ensino superior, quando se pensa em caminhos para atingir a qualidade na gestão da Educação Básica, tendo em vista que este tem sido visto, cada vez mais, como um fator determinante para a educação nacional?

JC: A formação inicial de educadores deve proporcionar ao discente a capacidade de pensar, refletir, aprender a aprender, relacionar o conhecimento com dados da experiência diária, a fazer a ponte entre teoria e prática, a fundamentar a crítica e argumentar com base em fatos. Além disso, os cursos devem contribuir para uma formação cidadã capaz de fazer frente às transformações pelas quais vêm passando a sociedade e as organizações. A interdisciplinaridade, dessa forma, constitui-se um dos principais pilares dos cursos, integrando conhecimentos, competências e valores. Assim, todo conhecimento procura manter um diálogo permanente com outras áreas do saber, por meio de questionamento, de confirmação ou de complementação, de forma que disciplinas diferentes estimulem competências e habilidades comuns. O que é ensinado nos cursos deve ir além da descrição, deve desenvolver a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir. Na proposta pedagógica dos cursos, a cidadania não é privilégio de uma área específica do currículo. O exercício da cidadania é visto como uma convivência cotidiana, pois as práticas sociais, políticas, culturais e de comunicação são dimensões que fazem parte da vida de todo cidadão. O respeito ao outro e ao público, essencial à cidadania, também deve ser iniciado nas relações de convivência cotidiana na família, na comunidade, no curso e na escola. O tratamento contextualizado dos conteúdos representa um recurso para tirar o aluno da situação de mero espectador passivo. Assim, a metodologia de ensino procura o contexto mais próximo do aluno e mais facilmente explicável para dar significado e utilidade tanto aos conteúdos de aprendizagem quanto aos da vida pessoal, do cotidiano e da convivência. O cotidiano e as relações estabelecidas com o ambiente social e físico deverão atribuir significado ao conteúdo curricular, fazendo a ponte entre o que se faz, vive e se observa no dia a dia. Para viabilização do projeto pedagógico, os cursos pautam-se por uma filosofia humanista e buscam oferecer uma formação crítica e questionadora. Seguem uma linha holística, considerando-se o ser humano indissociável nos

seus diversos aspectos e valorizando a análise globalizante dos fenômenos organizacionais e sociais. Valoriza-se a pluralidade de pensamento, entendendo o conflito de ideias como fecundo e importante para a formação pretendida. As transformações culturais, políticas e sociais influenciam o desenvolvimento das organizações e da sociedade. Assim, o entendimento dessas transformações é fundamental para construir as bases da concepção dos cursos.

Dialogia: Como a Universidade propõe a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação do gestor da Educação Básica? Há projetos de parceria interinstitucionais voltados a esse tema? Se sim, como se desenvolvem? Que desafios encontram?

JC: A relevância do papel desempenhado pela Universidade em macrocontextos tem sido amplamente discutida, principalmente quando o foco está na relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ou seja, em meio às questões teóricas e empíricas. Neste contexto, o artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, enquanto um dever a ser cumprido. Sob esta ótica, a Universidade é conclamada a rever os elementos constitutivos desta tríade, pois se obriga a associar e integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo que se complementem, para formar um modelo de profissional universitário que articule os aspectos teóricos e práticos e, conseqüentemente, intervenha nos espaços de convívio social. Portanto, ensino, pesquisa e extensão se constituem no tripé das três funções básicas da Universidade, às quais devem ser congruentes e dignas de equidade em tratamento por parte dos estabelecimentos de ensino superior, pois, do contrário, violarão a cláusula constitucional elencada no corpo deste texto. Neste sentido, o professor e investigador de sua práxis docente que defende o processo de construção de conhecimentos, na área da educação, perpassa também pela investigação como um ingrediente diferenciador de elementos, desencadeando, de forma efetiva, a ressignificação de suas práticas pedagógicas. Assim sendo, as atividades de pesquisa e extensão são executadas com a finalidade de favorecer a assimilação de conhecimentos da área, com o foco na educação básica, de modo que os alunos sejam incentivados a: conhecer e se apropriar dos passos necessários à pesquisa científica; a leitura, análise e reflexões

de artigos científicos, bem como dissertações e teses; participar de pesquisas de iniciação científica e, com isso, produzir conhecimento que contribua para o avanço da área, além de uma intervenção que permite a extensão dessas ações no campo da Educação Básica, seja como professor ou gestor. A caracterização dessas atividades é requisito imprescindível à geração de produção intelectual. Na Universidade, o conhecimento historicamente acumulado é socializado por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando os saberes advindos do ensino e do conhecimento por meio de intervenção no contexto social dos educandos. Neste sentido, o conhecimento, na interface ensino, pesquisa e extensão, tem como princípio norteador a construção de significados referentes à problematização de temas originais e novos olhares sobre a educação. Com esta análise, as atividades desenvolvidas na formação dos docentes têm a finalidade de investir no desenvolvimento de um indivíduo que seja capaz de investigar questões relacionadas à sua formação e aos processos inerentes às práticas educativas da Educação Básica. Não existe autonomia sem pesquisa. Desta forma, toda a formação estende-se aos elementos pertencentes ao ensino da Educação Básica, englobando os aspectos filosóficos, antropológicos, psicológicos, históricos, curriculares e legais, uma vez que a pesquisa e a extensão se configuram como elementos essenciais no processo de formação do futuro docente. Em termos gerais, este processo caracteriza-se pela elaboração de projetos que tenham a articulação entre ensino e pesquisa e que auxiliem o futuro professor a construir instrumentos metodológicos que possibilitem a análise, interpretação, diagnóstico, planejamento e intervenção na Educação Básica. Na Universidade, a articulação entre os projetos extensionistas, o ensino e a pesquisa devem ocorrer por meio das diversas unidades curriculares e as experiências vivenciadas nestes projetos terão como fim comum o atendimento à comunidade na interface teoria e prática.

Dialogia: Com que políticas públicas proposta pelos entes federados a Universidade se articula, no que se refere à formação de gestores para a área educacional? Como se dá essa articulação e que desafios e perspectivas ela apresenta?

JC: Início citando Paro (2006, p.18) ao afirmar que “[...] a administração como é entendida e realizada hoje é produto de longa evolução histórica e traz a marca das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na

sociedade”. O Brasil vem nas últimas décadas passando por profundas transformações nos modelos organizacionais; desta forma, não poderia falar de gestão educacional sem as questões das políticas públicas, econômicas e sociais que permeiam essas mudanças. No contexto educacional, a organização da gestão da Educação Básica no Brasil está pautada no desenvolvimento da política de planejamento, especialmente a partir do plano de ações que envolve todos os órgãos federativos, governo federal, estados e municípios. Podemos dizer que a globalização, as novas tecnologias de comunicação e informação proporcionaram um novo cenário social e educacional que, por sua vez, promoveu forma de se fazer políticas públicas no Brasil. Isto aponta para um novo mecanismo de gestão no contexto educacional e de forma estratégica, porém o “escrito, o dito e o feito não caminham juntos”, ou seja, existe uma grande lacuna entre eles. Desta forma, a necessidade de implementação de modalidades de planejamento e de avaliação é fundamental para um novo contexto, social, econômico e educacional no desenvolvimento da educação no Brasil, que passa por profundas transformações econômicas e sociais. O planejamento em educação busca novos rumos e o que era anteriormente centralizado perdeu espaço para uma proposta de cunho descentralizador, com participação ativa de todos os atores envolvidos –Universidade, docentes, discentes e comunidade–, de forma a possibilitar o engajamento destes na intervenção e transformação por meio de uma gestão participativa e efetiva. Não se trata de intenções e percepções desprovidas dos condicionantes históricos e políticos, mas da articulação entre todos para o desenvolvimento do contexto educacional no qual a escola está inserida. Desta forma, o “[...] planejamento educacional situa-se numa perspectiva de construção na rede de influências sociais, econômicas, políticas e culturais, de que participam unidades escolares, instâncias intermediárias (Diretorias Regionais), Secretarias de Educação e Ministério de Educação, num jogo de redefinição constante.”(SALERMO, 2007, p. 25). O Brasil carece e desconhece o planejamento integrado e coerente com as necessidades das diferentes realidades que compõem o país, por isso não se trata de uma ação independente. A formação do gestor educacional é fundamental para que as mudanças ocorram e desta forma permitam a implementação de ações que possibilitem o engajamento de todos na formação cidadã. Podemos verificar isto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e na maior possibilidade

de acesso para as classes populares à educação básica, onde deixamos de apenas dizer e escrever e partimos para o fazer.

Dialogia: Como o senhor compreende a influência das avaliações externas que vêm sendo implantadas no país, nas últimas décadas, na formação dos profissionais da Educação Básica, sobretudo no âmbito da formação de gestores escolares e dos sistemas educacionais?

JC: Toda avaliação é subjetiva e cabe ao gestor torná-la viável. Em conjunto com a comunidade, promover e ser o facilitador do processo para o desenvolvimento educacional. Assim, os instrumentos apenas permeiam estudos, pesquisas e avaliações no sentido de identificar a realidade do Sistema Educacional Brasileiro e tem como objetivo subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Hoje, coordenados pelo Inep, que tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto n.º 6.425 de 4 de abril de 2008, o levantamento estatístico abrange todos os níveis de ensino utilizando dados do censo escolar em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de Educação, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Todas as informações coletadas são utilizadas para apresentar um panorama nacional da Educação Básica e servem de referência para a reestruturação de políticas públicas e aplicação de programas na área da educação. Além disso, os resultados obtidos, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Cabe aqui reforçar que isto só é possível quando da participação efetiva do gestor educacional e dos membros da comunidade no planejamento de ações escolares no contexto de uma práxis que permita o desenvolvimento tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade em geral.

Dialogia: Nas licenciaturas da instituição, como é pensada a perspectiva da profissionalidade docente que abrange o preparo do futuro gestor – do modo como é proposta e vigente a formação e o trabalho para a área de educação no Brasil, conforme indicado acima – considerando

o diálogo que o profissional precisa estabelecer com o ambiente em que trabalha, a comunidade em que se insere e o projeto social que é chamado a realizar?

JC: Em princípio, cumpre-nos destacar que o aluno dos cursos de Licenciatura da Universidade Nove de Julho (Uninove), à semelhança do que ocorre com muitos discentes que ingressam no Ensino Superior no Brasil, resente-se deste momento especial de transição entre a Educação Básica e o nível seguinte de estudos, ocorrendo um processo de estranhamento frente ao novo perfil de trabalho acadêmico, que demanda uma postura mais investigativa, autônoma e participativa. Frente a tal realidade, pretende-se trabalhar em seu processo de formação acadêmico-profissional de maneira que ele aprenda competências, desenvolva habilidades e construa conhecimentos coerentes com as demandas do atual contexto educacional brasileiro e sua atuação profissional futura. As licenciaturas na Universidade Nove de Julho (Uninove) propõem a formação integral dos sujeitos, por meio de um trabalho que materialize os princípios da interdisciplinaridade, bem como valorize a diversidade cultural, social e étnica que compõem o perfil desse profissional, superando a falsa dicotomia entre teoria e prática. Diante disso, espera-se que o egresso expresse um pensamento teoricamente sustentado e voltado à construção da realidade, com enfoque na combinação entre saberes cotidianos e saberes sistematizados. Em decorrência disso, evidencia-se a necessidade de construção de valores norteadores que priorizem a autenticidade, a criticidade, a ética e a preocupação com o trato das diferenças. No momento em que se destaca a formação do licenciado para atuação primordial na docência, vale ponderar que esta ação não pode ser separada de seu envolvimento com a gestão no âmbito da educação formal e não formal.

Dialogia: Documentos da OCDE¹, que vem sendo publicados desde 2004, chamam a atenção dos países, sobretudo aqueles com menores índices de desempenho nas avaliações internacionais, para o descrédito que vem acometendo a docência, como um dos fatores que produz os baixos resultados. Tais documentos recomendam que sejam criadas condições básicas que tornem a profissão mais atraente como a remuneração, o plano de carreira, as condições de trabalho e a flexibilização do emprego, que ponham em destaque o magistério, de

modo a atrair jovens às carreiras da área educacional. Considerando o expressivo contingente de educadores formados pela Uninove, como o senhor avalia o perfil dos que procuram a instituição para essa formação e como tem se dado a inserção profissional deles na área?

JC: Podemos verificar nos últimos dados da OCDE que, além do piso salarial dos docentes baixo, que no meu modo de ver é um item fundamental para a valorização profissional e temos que deixar as utopias de lado no que se refere a este assunto, o Brasil gasta um terço do que gastam os outros países com educação. Os dados ainda apontam que um a cada três docentes tem dificuldades na utilização de novas tecnologias. No Brasil, a média é de um computador para cada vinte habitantes, onde o ideal seria um para cada cinco habitantes. Os dados ainda apontam que o Brasil teve o maior crescimento proporcional em investimento na educação pública entre mais de trinta países, mas perdeu em outros indicadores e no gasto médio por aluno. O Brasil gasta cerca de 3.000 dólares anuais por aluno da Educação Básica, enquanto, em média, os países da OCDE investem cerca de 8.200 dólares por aluno dos anos iniciais, 9.600 por aluno dos anos finais e 9.800 por aluno do Ensino Médio. Outro ponto fundamental é que o que a escola oferece para eles tem pouco significado e por isso a taxa de evasão em todos os ciclos escolares é alta. Os números ainda confirmam que são os jovens menos instruídos os que mais sofrem com a crise econômica. Além disso, um baixo nível de educação e competência também influencia na queda de fatores sociais. O reflexo disto aponta para a grande procura das classes populares pelo Ensino Superior e como consequência o grande crescimento de instituições superiores públicas e privadas nas últimas décadas para essa demanda. Por isso nossa responsabilidade aumenta em relação à formação desses profissionais. Diante disso, os cursos de formação do docente da Uninove permeiam por um pensamento teoricamente sustentado e voltado à construção da realidade, com enfoque na combinação entre saberes cotidianos e saberes sistematizados. Em decorrência disso, evidencia-se a necessidade de construção de valores norteadores que priorizem a autenticidade, a criticidade, a ética e a preocupação com o trato em relação às diferenças. No momento em que se destaca a formação para atuação primordial na docência, vale ponderar que uma de suas outras atribuições, não menos importante, é sua capacitação para a gestão ou na integração com a gestão no âmbito da educação formal e não formal. O projeto integrador do curso é o grande diferencial para

o atendimento ao perfil do egresso esperado, colocando a escola como o foco da formação e com ações de intervenção possibilitando discussões pertinentes e interessantes e que tenham principalmente “significado”. Finalizo com as palavras de Voltaire que diz: “ninguém é tão grande que não possa aprender, nem tão pequeno que não possa ensinar”.

Prof. Dr. José Carlos de Freitas Batista

Diretor do Departamento de Educação da Uninove

Nota

- 1 Remetemos o leitor aos referidos documentos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): (1) *La qualité du personnel enseignant* (A qualidade do pessoal de ensino), de 2004; (2) *Le rôle crucial des enseignants. Attirer, Former et Retenir des enseignants de qualité* (O papel crucial dos professores. Atrair, formar e reter os professores de qualidade), de 2005; (3) *L'école de demain. Repenser l'enseignement: des scénarios pour agir* (A escola de amanhã. Repensar o ensino: os cenários para agir), de 2006; e (4) *Comprendre l'impact social de l'éducation* (Compreender o impacto social da educação), de 2007.